

COMPANHEIROS NA TERRA, IRMÃOS NO SAGRADO.

Autora: Marluse Castro Maciel¹

RESUMO:

Este trabalho refere-se ao estudo feito nos assentamentos Primavera e Tupanciretã, resultado das ocupações de dois movimentos sociais: o Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra (MST) da Associação Brasileiros Unidos Querendo Terra (ABUQT). Por meio de entrevistas semi-dirigidas e diário de campo pode-se constatar que durante o processo de ocupação as pessoas se vinculam aos movimentos sociais tornando-se companheiros, depois de constituídos os assentamentos, abandonam os movimentos e novos padrões de vizinhança e relações religiosas estabelecem-se como elementos fundantes no modo de vida destes assentamentos. Quando os assentados não são irmãos da igreja, mesmo em meio às situações de conflitos, buscam ser companheiros da terra.

Palavras-chave: assentamentos, religião, movimentos sociais.

INTRODUÇÃO

Este trabalho de pesquisa em assentamentos rurais se iniciou há mais de uma década durante um programa integrado a pesquisa do Núcleo de Estudos e Documentação Rural (NUPEDOR) pertencente na época à Universidade Estadual Paulista (UNESP), pertencendo hoje à UNIARA, na cidade de Araraquara, estado de São Paulo, Brasil, que culminou na minha tese de doutorado defendida em 2009 na USP.

O presente artigo se refere à pesquisa feita no Pontal do Paranapanema, no período de 2005 a 2009, uma região localizada a oeste do Estado de São Paulo, Brasil, muito cobiçada pelos pesquisadores que estudam assentamentos, pois a região comporta mais de cem deles distribuídos em 32 municípios. Por ser um local onde há grande concentração de assentamentos, seu histórico contém muitos conflitos de ocupação e lutas pela terra.

Estas grandes concentrações de assentamentos e de movimentos sociais proporcionam um vasto campo de pesquisa, que dificilmente sofrerá o que Pires (2008) chama de “saturação”. Quando Pires fala em saturação não necessariamente está falando em esgotamento, fala sim, de conhecer novas realidades pouco estudadas. Assim como o autor, me refiro ao excesso de pesquisa em alguns locais de fácil acesso ou de maior visibilidade por estarem em municípios que possuem universidades e núcleos de pesquisa, o que não acontece nas regiões pouco pesquisadas. No caso do Pontal, há inúmeras pesquisas, mas por ter vasto campo de estudo e por haver muita dificuldade de acesso, há ainda muito a ser desvendado.

O foco da pesquisa está nos assentamentos Primavera e Tupanciretã, resultado das ocupações de dois movimentos sociais: o Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra (MST) da Associação Brasileiros Unidos Querendo Terra (ABUQT), que hoje possuem cerca de 230 juntos.

Ao pesquisar assentamentos consolidados, por meio de entrevistas semi-dirigidas e diário de campo, os dados sobre a ocupação poderiam estar em segundo plano se não fosse pelo fato de haver uma maior adesão dos pentecostais pelo segundo movimento considerado por eles “pacífico”.

Então, com este importante dado em mãos, ao visitar os assentamentos de Presidente Venceslau, meu olhar voltou-se para a presença das igrejas. Pude constatar que há presença de dois

¹ Ex-pesquisadora do Núcleo de Estudos e Documentação Rural (NUPEDOR). Mestre em sociologia pela UNESP de Araraquara-SP e doutora em sociologia pela USP de São Paulo, Brasil. Atualmente professora da UNIFEBE E FURB, Blumenau, SC, Brasil.

templos católicos, um no Tupanciretã e outro no Primavera, e de pentecostais das religiões: quatro templos da Assembleia de Deus (AD), um templo da Congregação Cristã do Brasil (CCB) e um da Igreja de Cristo Pentecostal do Brasil, doravante designada ICPB. Estas religiões pentecostais mais tradicionais possuem padrões rígidos de conduta e doutrina a ser seguida com forte mecanismo de controle de seus dirigentes pastores. Sendo assim, a ocupação de terras é considerada uma transgressão não aceita por estas igrejas.

Além dos grupos religiosos, nos deparamos com diferentes histórias de vida: ex-trabalhadores rurais, ex-meeiros, ex-arrendatários, trabalhadores urbanos filhos e netos dos “caipiras nômades”, que demonstram em sua prática cotidiana uma pluralidade de vivências, apresentando-nos questões que transcendem ao aspecto econômico das análises. Essas diferentes características constituem padrões identitários responsáveis pela forma como os assentados irão se organizar em torno da produção e dos projetos de apoio à reforma agrária.

Estes padrões são elementos importantes para a organização econômica da produção desenvolvendo um tipo de economia social que ora se fundamenta na organização individual, ora na organização coletiva.

O LUGAR DOS MOVIMENTOS SOCIAIS E OS COMPANHEIROS

Quando falamos em movimento social de luta pela reforma agrária, automaticamente vem à nossa mente o MST, que atualmente é o principal movimento do gênero no Brasil. O MST surge na década de 80, tendo como integrantes os participantes dos movimentos pastorais da igreja Católica, que seguiam a vertente da teologia da libertação, coordenada por setores progressistas, que priorizam as discussões políticas e sociais, ao invés das questões religiosas propriamente ditas.

Podemos afirmar que as ações dos movimentos em favor do projeto de reforma agrária, ganham força na década de 90, momento em que houve o maior número de ocupações de terra no Brasil, principalmente no Pontal do Paranapanema, região onde se localizam os assentamentos estudados nesta pesquisa. Geralmente, as famílias filiam-se ao MST, durante a ocupação, para terem garantido o direito de participarem do processo de ocupação e, conseqüentemente, da constituição do assentamento.

Ao conquistarem de fato a terra, ou seja, ao conseguirem que os órgãos governamentais legitimem o projeto de assentamento, faz-se necessária uma estratégia de produção agrícola e desenvolvimento. Então, qual é a estratégia do MST?

É possível notar, que durante a instalação do assentamento, o MST proporciona a organização dos grupos, na delimitação do espaço de atuação política e na formação de cooperativas e associações para expandirem e estruturarem a produção. O movimento propõe a produção coletivizada, a organização de cooperativas e a tomada de decisões em grupos, caracterizando-os como companheiros. Do momento da ocupação da terra até o da distribuição dos lotes a organização coletiva funciona bem. Os assentados participam das assembleias e de grupos como associações e cooperativas, com intuito de conseguir desenvolver o assentamento, onde o principal trabalho é a produção agrícola. Com o tempo, os projetos coletivos não se sustentam por vários motivos, um deles, a falta de incentivo e o acompanhamento dos órgãos estatais; outro, a ocorrência de disputas e conflitos internos que geram a divisão de grupos.

Já o movimento ABUQT, possui herança de um grupo de arrendatários da cidade de Presidente Venceslau — que tinha no trabalho das grandes fazendas sua fonte de renda —, que na década de 90, se sentiu prejudicado pelas ações do MST que geraram várias desapropriações dos latifúndios. Com as desapropriações, o trabalho de arrendamento se esvai. Liderado por Geraldo Lopes o grupo se uniu e organizou um movimento com o intuito de lutar para ter seu próprio lote. Geraldo comenta:

O Movimento surgiu porque nós éramos... Eu principalmente, eu fazia parte da... eu era arrendatário e quando o movimento dos Sem-Terra vinha para cá, foi muito difícil as pessoas adquirirem terra para o fazendeiro arrendar para a gente, arrendar a fazenda do fazendeiro. O que acontece é que, já que o Movimento ia pegar terra de graça e atrapalhando os arrendatários, o que acontece: nos reunimos primeiramente com uns 7 (sete) arrendatários para nós ocuparmos a fazenda Primavera. No dia em que eu fui para ela, tinha mais de 500 pessoas, foi aí que surgiu o movimento “Brasileiros Unidos. (Geraldo Lopes presidente da ABUQT – fevereiro de 2007)

Na primeira reunião marcada para discutir a constituição do movimento e definir a primeira ocupação, o grupo de sete arrendatários esperava por cerca de cinquenta pessoas, quando para a sua surpresa participaram mais de quinhentos. Surge então, a Associação Brasileiros Unidos Querendo Terras, nome dado por seu presidente vitalício Geraldo Lopes, em concordância com os participantes da reunião.

Embora chamado de movimento, a Brasileiros Unidos é uma associação que surgiu em março de 1996, cuja primeira ocupação aconteceu na fazenda Primavera, objeto de estudo desta tese. Os assentados e seu presidente ao se referirem a esse movimento o chama de Brasileiros Unidos, mas nos trabalhos acadêmicos é mencionado como ABUQT, opção de referencia que eu faço nesta tese.

Diante deste cenário, formam-se duas linhas de constituição de movimentos de luta pela terra no Pontal do Paranapanema: a do MST, contrária a política de reforma agrária implantada na década de 90², alegando demora nas desapropriações de terra e críticas aos latifundiários que há tempos haviam apossado terras devolutas e hoje o próprio Estado pagaria por ela e com suas ações mais agressivas em relação às ações e ocupações dos movimentos. E outra da ABUQT que apoiava o programa de reforma agrária da época por possuir certa aproximação com os donos de terras da região.

Ao contrário do MST, a ABUQT é um movimento localizado, pertencente ao município de Presidente Venceslau, embora o seu presidente dê a ela uma dimensão maior do que a real quando afirma ser o movimento que mais desapropriou terras no Pontal do Paranapanema. Sabemos que não são os movimentos que desapropriam terras, e sim os órgãos competentes do governo juntamente com a justiça.

Na verdade o movimento tem uma tática interessante para que as pessoas fiquem pouco tempo acampadas: ocupam terras cuja desapropriação está praticamente garantida, informações que ele consegue por ter acesso a pessoas ligadas aos órgãos judiciais, enfatizando o caráter legalista do movimento. A estratégia do MST é ocupar terras que sabem ser devolutas ou improdutivas para desapropriação futura, e por isso, os acampamentos demoram mais tempo para se tornarem assentamentos. Esta ilusão a respeito da eficiência do seu movimento é reafirmada por Geraldo quando reduz o MST a coadjuvante de ABUQT:

Eu falo, as pessoas não tem capacidade de tocar o movimento, só vão nas minhas costas, todas as fazendas da região, as pessoas fizeram isso, quer ser assentado junto com os Brasileiros Unidos, porque não tomam na justiça igual eu fiz? E assim por diante, a gente vai brigando e as fazendas vão saindo e o MST vem atrás”. (Geraldo Lopes, fev. 2007)

² Política estabelecida no Governo Fernando Henrique Cardoso, chamada por MEDEIROS () de Reforma Agrária de Mercado, que desapropriava e comprava latifúndios improdutivos para fins de reforma agrária, por vezes beneficiando os próprios fazendeiros.

A estratégia da ABUQT, que leva pessoas a permanecerem ocupadas durante pouco tempo, além de demonstrar sua eficiência, consegue estabelecer perante grupos que ocuparam terras juntamente com o movimento dele, uma lógica de que a ABUQT é um movimento pacífico segundo sua visão, diferentemente do que acontece no MST, pois cria-se a ilusão que se não houver conflito, as terras são distribuídas mais rapidamente.

Quando conversamos com os assentados que entraram no Primavera e no Tupanciretã com o movimento, apresentam o mesmo discurso. Essa visão de que o movimento é pacífico se dá porque Geraldo tem um bom relacionamento com os fazendeiros, visto que era um grande arrendatário de terras da região. Procurava durante o período de ocupação preservar a fazenda, pois o dinheiro pago pelo Estado diante da desapropriação seria para pagar as chamadas “benfeitorias”, já que as terras eram devolutas. Quanto mais conservadas estivessem as instalações, mais valorizaria a fazenda. Já um grupo de pessoas do MST, ao ocuparem a fazenda, destruiu parte da propriedade. O próprio líder do movimento comenta: “Naquele período as lutas eram um pouco mais radicais”.(Wesley Mauch, fev. 2008)

As pessoas que entraram no assentamento juntamente com a associação Brasileiros Unidos fazem críticas às ações — supostamente praticadas pelo grupo *do MST* - cercas, matar gado, tocar fogo no pasto etc., pois, segundo eles, não havia necessidade de cometer esses atos, visto que o processo de constituição do assentamento estava se desenvolvendo rapidamente. Neste sentido, este configuram-se como companheiros do MST e companheiros do ABUQT.

Esta característica da ABUQT de ser considerado pacífico levou os pentecostais a aderirem este movimento, pelo fato de amenizar a não aceitação da ocupação de terras por parte dos dirigentes das igrejas. Se for para ocupar terras, que seja de forma pacífica.

No caso dos assentamentos estudados, não houve, na prática, relações de conflito no processo de ocupação por parte do grupo da ABUQT, diferentemente do que aconteceu com o grupo do MST. Segundo os assentados, existia divergência entre os dois grupos, porque o primeiro era formado por ex-arrendatários e tinham uma boa relação com os fazendeiros, o que não acontecia com o segundo.

Nas conversas com os assentados, aparecia — embora não explicitamente — um acordo com os antigos donos da fazenda, o órgão representante do governo e a ABUQT. Aparentemente parece não haver conflitos durante a ocupação, no entanto os dois movimentos concorrem e entram em um campo de disputa. É no momento da consolidação do assentamento que as pessoas que aderiram o movimento, os abandonam e preocupam-se com outro foco de organização: o das igrejas.

O LUGAR DAS IGREJAS E OS IRMÃOS

No período de ocupação, ou seja, durante o acampamento, as pessoas filiam-se ao movimento social e abandonam a prática religiosa temendo algum tipo de punição por ocuparem a terra. Neste momento se tornam companheiros da luta pela terra. Imediatamente após a constituição do assentamento, estes abandonam os movimentos (que por sinal também se tornam ausentes) e passam a retomar as atividades religiosas, cuja primeira ação é a construção do templo. E neste momento tornam-se irmãos da igreja. Com isso, os fiéis não sofrem punição, pois ao adentrarem no assentamento seu propósito de arrebatar mais pessoas para as igrejas, anula o fato de terem cometido uma transgressão. É como se os fins justificassem os meios.

Quando se trata da construção das igrejas, por exemplo, todos se envolvem independentemente da religião, seja católicos ou protestantes. Conforme observação de campo, verificamos que os assentados fazem doações para festas de arrecadação para as igrejas e quando necessário pedem para os colegas do assentamento. Alegam que quando podem doam novilhas, frango, frutas para fazer doces etc., como é o caso do Sr. Paraíba que doou uma novilha para festa da igreja católica e Seu Roque da AD que doou frangos para ajudar na arrecadação para a construção da igreja

Católica do Tupanciretã. Se por um lado há divergências entre algumas religiões, por outro podemos perceber padrões de ajuda mútua entre membros de diferentes religiões, principalmente entre pentecostais e católicos:

“Até os crentes mesmo tem ajudado, e os católicos quando eles (crentes) fazem alguma coisa também ajudam.” (Denise – Igreja Católica do Primavera)

“Sim ajuda e a igreja também faz a Kafta e juntamos dinheiro, outros colaboram com carneiro, fazemos uma festa e reunimos mais dinheiro.” (Seu Roque – AD do Tupanciretã)

“Eu mesmo doei uma novilha esses tempos pra igreja”. (Seu Paraíba – Igreja Católica do Primavera).

Os assentados sempre alegam que se a arrecadação é para igreja, principalmente se for para sua construção, eles doam, afirmando sempre “*se é para igreja eu dou*”. Esse tipo de relação demonstra a importância e o respeito que têm pela igreja, mesmo havendo divergências entre elas, pois há valorização da presença dos grupos religiosos, que de certa forma ajudam a manter a ordem no assentamento. Negar prenda à igreja parece gerar constrangimento, uma espécie de pecado, uma negação ao sagrado.

Considerada uma das organizações de sucesso dentro do assentamento, as religiões têm papel de integração de alguns grupos. Mesmo porque as igrejas são, segundo eles, instituições que funcionam no assentamento e contribuem para manter a ordem.

Pensando nisso houve até uma tentativa por parte do Pastor em formar uma associação com membros da igreja, segundo ele, juntando os “iguais”, a possibilidade de dar certo seria maior, pois os evangélicos são pessoas honestas.

A esse respeito? Olha, nós já tivemos essa conversa, inclusive nós estamos nessa ideia de que a igreja, nós aqui abrir uma associação, conversamos isso aí pra esse ano nós se organizar com os irmãos aqui, ou mais alguém, nós vamos pegar pessoas que vai ajudar, porque aqui tem que selecionar as pessoas. Com ideias, pessoal bom. (Pastor Izael – AD do Primavera I)

Aspectos da sociabilidade dos assentados também são proporcionados pelas festas religiosas. Como foi dito anteriormente, a organização desses eventos geralmente tem o envolvimento das igrejas cujo intuito é de arrecadar recursos para sua construção. Outras festas têm o intuito apenas de oferecer lazer para a comunidade. Nota-se que existem três tipos de festas no assentamento: o primeiro tipo promovido pelos bares, estabelecimentos comerciais. A cada dois ou três meses os donos dos bares convidam um cantor, ou dupla local para fazer um show.

O segundo tipo são as festas católicas, relatadas pelas participantes da igreja:

“Maria Rosa é uma cantora que é de Dracena. Aí ela vem cantar aí, era pra ter dado mais, muita gente vem mais pra dançar, não vem pra comer, mas a gente ainda arrecadou um bom dinheiro.” (D. Lenir – Igreja Católica do Primavera)

“A igreja agora está uma maravilha, tem dinheiro em caixa agente faz festa ela tá muito bonita, só falta pintar por fora, agente tá querendo fazer um barracão.” (Denise – Igreja Católica do Primavera)

Geralmente, como possui o objetivo de arrecadar recursos para igreja, realizam uma espécie de quermesse, com cantores de música popular, baile, em comemoração a dia de santo. Vendem,

juntamente com petiscos e refrigerantes, bebidas alcoólicas. Por esses motivos, os evangélicos consideram a festa católica profana.

Há também o terceiro tipo que são as festas evangélicas, cuja temática é toda referente à igreja. O cantor é evangélico, o discurso é evangélico. O intuito geralmente é de arrecadar recursos para a construção da igreja, ou para sua manutenção, por meio da venda de alimentos e nunca de bebidas alcoólicas. Tive a oportunidade de acompanhar uma dessas festas, o filho do pastor Izael, que mora na cidade, fez o show, com presença predominante de evangélicos. Vieram vários ônibus das igrejas da cidade.

As festas que acontecem no assentamento têm recebido público da cidade, uma espécie de turismo rural, garantindo boa renda às igrejas.

A doação de produtos efetivada por membros de diferentes igrejas demonstra respeito mútuo em relação à organização das festas no assentamento, que por sinal se torna um espaço de lazer independentemente do grupo que a organiza. Embora não houvesse crítica em relação às atividades festivas por ser desta ou daquela religião, católicos não frequentam a festa dos evangélicos e vice-versa, enfatizando a clara divisão entre católicos e protestantes. A questão da separação é certamente a presença e a ausência da bebida.

As relações entre os grupos religiosos são bastante ambíguas, ao mesmo tempo em que em termos religiosos não se misturam se não for da mesma representação religiosa, o que há um conflito implícito, no entanto ao contribuírem para as festas religiosas tentam mostrar uma harmonia entre elas, externando que no plano divino são todos iguais, o que não realidade há grandes diferenças, principalmente entre católicos e protestantes.

As festas religiosas apresentam elementos da economia social, pautados na solidariedade religiosa, ao doarem para igreja dois aspectos ficam explícitos: a doação é como se fosse para Deus e o objetivo de não obter lucro, sendo que o valor arrecadado nas festas irá efetivamente para construção ou melhora de algum templo.

Embora haja grande dificuldade dos assentados de diferentes religiões terem dificuldade de se reconhecerem como irmãos, as relações como padrões de vizinhança contribuem para, que mesmo a produção individualizada no lote, o desenvolvimento econômico que esporadicamente dependem destas relações.

CONSIDERAÇÕES FINAIS: QUANDO SÃO COMPANHEIROS, QUANDO SÃO IRMÃOS.

A maneira de se organizaram dentro do acampamento varia de acordo com o movimento e em alguns casos de acordo com sua religião. Nos assentamentos pesquisados, a organização coletiva permitia inclusive a resolução de problemas individuais. As famílias ficavam durante o final de semana no acampamento e durante a semana voltavam para a cidade para trabalhar, estabelecendo uma espécie de revezamento no acampamento. Esses tipos de acampamento, embora expressem ideais de solidariedade e parentesco não garantem um vínculo coletivo de companheirismo que possa ser levado ao assentamento.

No momento da ocupação as pessoas filiam-se ao movimento social e deixam de participar dos cultos das igrejas, pois ocupar a terra é considerado uma transgressão, o que não seria aceito pelos dirigentes das respectivas religiões. Depois de constituído os assentamentos, eles abandonam o movimento social e retomam as práticas religiosas arrebanhando mais fiéis. Como se os fins justificassem os meios.

Ao constituírem o assentamento, geralmente, os movimentos tentam organizar cooperativas e/ou associações como alternativas para produzir e comercializar. No entanto, esses projetos não se sustentam e os impulsos individualistas surgem logo após a conquista pela terra.

Para Pessoa (1999), a passagem do acampamento para os assentamentos produz um processo de desencantamento do mundo, em que se sai do mundo da utopia para o mundo do mercado e da produção. Os movimentos sociais não estão preocupados com essa passagem, pois incorporam no cotidiano o mundo da utopia e da luta, por isso continuam insistindo no trabalho coletivo, sem se preocupar com sua viabilidade ou formação dos assentados para tal tipo de atividade.

O autor entende que as identidades desenvolvidas pelas mesmas pessoas como acampados e assentados, são muito contraditórias e devem que ser pensadas nas expressões de unidade e diversidade. O autor diz:

No momento em que se é demandante da terra (no acampamento), estrutura-se um espaço de iguais. Aí as trajetórias distintas dos indivíduos não podem ser determinantes.” No assentamento “percebe-se claramente que as dissensões e divisões internas existentes nos assentamentos provam que o anseio pela terra, compartilhado pelos demandantes da terra, não sustenta, em si mesmo, um espaço de iguais (Pessoa, 1999, p. 246).

Outro motivo pelo qual isso acontece é que o movimento não tem estrutura e nem lideranças para acompanhar o processo, e o objetivo final parece parar na conquista da terra. Algumas lideranças residem no assentamento, mas como assumem posição de direção, são ausentes por estarem envolvidos nas atividades de coordenação do movimento fora do assentamento. Estes fatores fazem com que os assentados abandonem os movimentos e reassuma sua relação com a igreja.

Em seu texto “Economia moral x moral econômica”, Neves (1998), baseando-se nos estudos de Thompson, conceitua economia moral como “uma cultura política que inclui expectativas, tradições e superstições da população sobre seu relacionamento ou envolvimento com o mercado, especialmente o de alimentos”. (NEVES, 1998, p.51). Já moral econômica é o mesmo que economia de mercado, termo que se opõe ao termo economia moral, cujos princípios relacionam-se mais com as obrigações morais recíprocas do que leis inerentes e invisíveis do mercado. No entanto, a organização de associações, por exemplo, com intuito de conseguirem fomentos para o desenvolvimento da agricultura, mistura a lógica de uma economia moral coletiva, com a necessidade de inclusão dos produtos agrícolas no mercado.

Os movimentos no Pontal ora estão em conflito com os fazendeiros, ora estabelecem parceria, principalmente tratando-se da ABUQT. Diante deste fato é possível traçar um paralelo a respeito do que o autor diz:

A economia moral, portanto, como expressão de uma resistência geral e plebeia aos avanços dos princípios da economia de mercado, permanece como categoria de análise cuja validade ultrapassa os limites da obra de Eduard P. Thompson e é permanentemente atualizada pelas transformações históricas. Significa dizer que o espaço para uma interpretação moral a respeito das formas de produção a riqueza social e de seu mecanismo de distribuição – o mercado – está sempre aberto para aqueles que não se conformam aos modelos estabelecidos de injustiça social (NEVES, 1998, p.57).

Assim como Neves, Barone se baseia nos texto de Thompson para dizer que a economia moral é o conjunto de ideias tradicionais das normas e obrigações sociais de cada segmento da sociedade, que funciona como códigos que apesar de não escritos orientam esses agentes em suas condutas entre si e em relação aos demais. Esses códigos servem para que os trabalhadores se organizem em torno de uma economia moral.

Os assentados desenvolvem estratégias econômicas que, compactuam com o mercado ora se unindo a ele, ora buscando outras opções de produção, buscando desenvolver estratégias para fugir das

dívidas dos financiamentos bancários, enfim, aliam-se a economia de mercado, denominada por Neves: “*moral econômica*”. No entanto, a tentativa de um bom relacionamento entre irmãos de diferentes igrejas também se constitui como padrão moral.

Ambos autores compartilham do conceito de economia moral, mas Barone vai além, afirma que estes são códigos de reconhecimento social, ou seja, de identificação social, por isso o conceito de economia moral está diretamente ligado à lógica das sociedades tradicionais nas qual a economia está imersa nas relações sociais.

É justamente através desses códigos morais que consagram a desigualdade que o trabalhador constrói sua margem de manobra social, não apenas se conformando ao estabelecido, mas lutando por conquistar aquilo que lhe é moralmente devido. (BARONE, 1999, p. 121)

Os padrões identitários dos assentados revelado por suas histórias de vida, demonstram a importância das religiões no modo de vida dos assentados. No entanto a configuração das relações de parentesco e vizinhança promove a economia moral. Além disso, parto também dos pressupostos de que esses trabalhadores, ao reinventarem o rural criam um código de conduta implícito, que lhes permite participar e ao mesmo tempo resistir ao agronegócio regional, o que os faz mover pelo contrato social estabelecido entre eles, e não necessariamente por um movimento classista. Neste sentido, no momento da ocupação em que estão vinculados à um movimento social e no processo de organização da produção, são companheiros.

Os elementos desta economia moral contribuem para o desenvolvimento da chamada economia social, que no assentamento não aparece de maneira clara nas organizações econômicas, mas sim nas organizações religiosas. Infelizmente, os grupos religiosos não reconhecem sua potencialidade para organização de um grupo que possa fomentar o desenvolvimento econômico. Porém, estabelecem relações pessoais importantes de respeito pelo sagrado, mesmo participando de religiões diferentes. Neste sentido, tornam-se irmãos. No entanto, os padrões de vizinhança que ultrapassam os muros das igrejas, estabelecem-se como elementos fundantes da economia social destes assentamentos. Quando os assentados não são irmãos da igreja, mesmo em meio aos conflitos, buscam ser companheiros da terra.

BIBLIOGRAFIA

Abramovay, Ricardo. Paradigmas do Capitalismo Agrário em Questão. 2ª edição. Ed. Unicamp, Campinas, 1998.

Balduino, Tomás. “*A ação católica e o desenvolvimento rural*” in Dossiê desenvolvimento rural. Revista Estudos avançados USP – São Paulo, 2001.

Barone, Luís Antonio. Conflito e cooperação: O jogo das racionalidades sociais e o campo político num assentamento de reforma agrária. Tese doutorado. FCL – UNESP. Araraquara/SP. 2002

_____. *A economia moral num mundo de agricultura modernizada: o caso da greve dos bóias-frias em Guariba*. In Retratos de Assentamentos, Ano V, nº 07, NUPEDOR, Unesp, Araraquara, 1999.

Berger, Peter. “*A dessecularização do mundo: uma visão global*”. in Religião e Sociedade. Vol. 21 – número 01 – 2001. Ed. Uerj. Rio de Janeiro.

Bourdieu, Pierre A economia das Trocas simbólicas. 5ª edição. Editora Perspectiva. São Paulo, 1999

Candido, Antonio. Os parceiros do Rio Bonito. Ed. 34 e Duas Cidades. 10ª edição, São Paulo. 2003.

Dincao, Maria Conceição & ROY, Gerard. Nós cidadãos. Paz e Terra. São Paulo. 1995.

Durkheim, Émile. As formas elementares da vida religiosa. Trad. Paulo Neves. Ed. Martins Fontes. São Paulo, 2000.

Favareto, Arilson. Paradigmas do desenvolvimento agrário em Questão. Ed. Iglu-Fapesp. São Paulo. 2007.

Fernandes, Bernardo Mançano & ramalho, Cristiane Barbosa. *Luta pela terra e desenvolvimento rural no Pontal do Paranapanema – SP* in Revista Estudos Avançados 43, dossiê Desenvolvimento Rural, vol. 15. Edusp, São Paulo, 2001.

Ferrante, V.L.S.B. e barone, L. A. Assentamentos Rurais e Poder Local: Os Rumos da Descentralização da Reforma Agrária. Mimeo. Araraquara, 2002.

Ferrante, Vera Lucia Botta. *Itinerário de pesquisa em assentamentos rurais: inesgotável aventura sociológica*. In Retratos de Assentamentos. Ano V, nº 07, NUPEDOR, Unesp, Araraquara, 1999.

_____. As canas nos assentamentos: Os nós desta polêmica. III jornada de Estudos em assentamentos rurais. FEAGRI – Campinas. 2007.

Freston, Paul. Breve história do pentecostalismo brasileiro. In: ANTONIAZZI, Alberto (coordenador). Nem anjos nem demônios: Interpretações sociológicas do pentecostalismo. Petrópolis: Vozes, 1994, p. 67-162.

Leite, José Ferrari. A Ocupação no Pontal do Paranapanema. Ed. Hucitec. São Paulo. 1998.

Lowy, Michael. A guerra dos deuses. Ed. Vozes. Rio de Janeiro. 1996.

Maciel, Marluse. “Igrejas e Assentamentos” in Retratos de Assentamentos, Ano V, nº 07, nupedor, Unesp, Araraquara, 1999.

_____. As guardiãs da religião. in Retratos de Assentamentos. Nupedor, n. 9, UNIARA/CNPq. Araraquara/SP, 2005.

Mariz, Cecília. “*Secularização e dessecularização: comentários a um texto de Peter Berger*”. in Religião e Sociedade. Vol. 21 – número 01 – 2001. Ed. Uerj. Rio de Janeiro.

Martins, José de Souza. Reforma Agrária: o impossível diálogo. Edusp. São Paulo, 2004.

_____. Sujeito Oculto. UFRGS. Porto Alegre/RS, 2003.

Medeiros, Leonilde. Reforma Agrária no Brasil: História e atualidade da luta pela terra. Ed. Fundação Perseu Abramo. São Paulo, 2003.

_____. Movimentos Sociais, disputas políticas e reforma agrária de mercado no Brasil, UNRISD e Ed. Universidade Rural, Rio de Janeiro, 2002.

e redes de desenvolvimento rural. Ed. Argos. Chapecó.2005.

Moura, Juliana Andrade. A luta pela terra sob o olhar dos que lutam pela terra: movimento e representações sociais no Pontal do Paranapanema. Monografia FCT – Unesp – Presidente Prudente. 2005

Neves, Frederico de Castro. *Economia Moral X Moral Econômica*. No. 16. Fevereiro de 1998, PUC – SP, p. 39-57.

Pessoa, Jadir de Moraes. A revanche camponesa. Editora UFG, Goiânia, 1999.

Pierucci, Antonio Flávio e PRANDI, Reginado. A Realidade social das Religiões no Brasil. Ed. Hucitec. São Paulo, 1996.

Poker, José Geraldo Alberto B. A prática da vida e os desencontros da libertação. Dissertação mestrado, USP, São Paulo, 1994.

Prado JR., Caio. A questão agrária. 5ª Edição. Ed. Brasiliense. São Paulo. 2000.

Queiroz, Maria Isaura Pereira. O campesinato brasileiro. São Paulo: Edusp, 1973.

Troeltsch, E. “Igreja e Seitas” – Religião e Sociedade 14/3 – ISER/CER, 1987.

_____. “Sociologia da Religião” cap. V. In Economia e Sociedade. EdUnb. Brasília. 2000.

_____. A ética protestante e o espírito do capitalismo. Companhia das Letras. São Paulo, 2004.

Whitaker, Dulce C. A. Sociologia Rural. Ed. Letras à margem. 2002, Presidente Venceslau –SP.